



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E AO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.  
(CPI – FUNAI E INCRA 2)

Última Atualização: 24/05/2017

### PRAZO DE FUNCIONAMENTO DA CPI

◆ **INICIAL (120 dias)** ..... 18 / 10 / 2016 a 27 / 03 / 2017<sup>(1)</sup>

Outubro/2016.....	18 a 31/10.....	14 dias	} 120 dias
Novembro/2016 .....	1º a 30/11 .....	30 dias	
Dezembro/2016 .....	1º a 22/12 .....	22 dias	
Fevereiro/2017 .....	02 a 28/02.....	27 dias	
Março/2017 .....	1º a 27/03 .....	27 dias	

◆ **PRORROGAÇÃO (60 dias)** ..... 28 / 03 / 2017 a 26 / 05 / 2017<sup>(2)</sup>

Março/2017 .....	28 a 31/03.....	4 dias	} 60 dias
Abril/2017 .....	1º a 30/04 .....	30 dias	
Maió/2017 .....	1º a 26/05 .....	26 dias	

◆ **PRORROGAÇÃO (30 dias)** ..... 27 / 05 / 2017 a 25 / 06 / 2017<sup>(3)</sup>

Maió/2017 .....	27 a 31/05.....	5 dias	} 30 dias
Junho/2017 .....	1º a 25/06 .....	25 dias	

**Prazo de Funcionamento:**

**18/10/2016 a 25/06/2017<sup>(1)</sup>**

RCP n. 26/2016, de 24/08/16, dos Deputados Nilson Leitão, Alceu Moreira, Valdir Colatto, Tereza Cristina, Osmar Serraglio e outros.

- Ato de Criação: ..... 30 / 08 / 2016
- Ato de Constituição: ..... 17 / 10 / 2016
- Instalação da Comissão: ..... 25 / 10 / 2016

<b>Presidente:</b>	Deputado <b>ALCEU MOREIRA (PMDB/RS)</b>
<b>1º Vice-Presidente:</b>	Deputado <b>LUIZ CARLOS HEINZE (PP/RS)</b>
<b>2º Vice-Presidente:</b>	Deputado <b>MANDETTA (DEM/MS)</b>
<b>3º Vice-Presidente:</b>	Deputado <b>NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP)</b>
<b>Relator:</b>	Deputado <b>NILSON LEITÃO (PSDB/MT)</b>
<b>1º Sub-Relator:</b>	Deputado <b>VALDIR COLATTO (PMDB/SC)</b>
<b>2ª Sub-Relatora:</b>	Deputada <b>TEREZA CRISTINA (PSB/MS)</b>

Secretário-Executivo: Alber de Paula

<sup>(1)</sup> Contagem do prazo nos termos do art. 57 da CF e arts. 2º, I e 280, §2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

<sup>(2)</sup> Aprovado em Plenário no dia 23/03/2016 – Requerimento nº 6053/2017.

<sup>(3)</sup> Aprovado ad referendum no dia 24/05/2017 – Requerimento nº 6502/2017.